

A derrota político militar, base da vocação descolonizadora do MFA.

A situação em Moçambique

Mário Tomé

I. As presentes teses pretendem dar um modesto contributo para uma correcta apreciação dos factores que determinaram a vontade e a «vocação descolonizadora do MFA», das resistências a essa vontade, das limitações político ideológicas dessa mesma vontade.

Quero começar por homenagear os combatentes da liberdade de Portugal e das diversas ex-colónias, as organizações políticas que cristalizaram e dirigiram a irreprimível luta de libertação, ajudando-nos também, de forma decisiva, ao derrube do fascismo.

Independentemente das diversas posições que porventura hoje possam assumir, tão contraditórias que são algumas delas, a minha homenagem também a todos os capitães de Abril, em especial àqueles que, quantas vezes em difícil luta com os seus próprios dogmas ideológicos, que haviam assimilado e consolidado através de muitos anos, tiveram a coragem, a capacidade e a lucidez de interpretar o sentido irresistível e irreversível da história e nele se integraram ..

Aos refractários e desertores que ajudaram a enfraquecer o esforço de guerra e de propaganda do fascismo, aos que dentro das fileiras ajudaram a organizar a resistência à guerra, ao povo português na sua luta anónima e quotidiana e ao movimento antifascista, presto também a minha homenagem.

Finalmente a minha total solidariedade militante com o heróico povo Maubere, vítima da capitulação inadmissível da «vontade descolonizadora» do MFA e dos Governos Provisórios que cederam perante as pressões do imperialismo, e que se bate sem desfalecimento contra a mais bárbara agressão dos tempos modernos.

II. As limitações das presentes teses, devem-se a dois factores fundamentais:

O primeiro, as próprias limitações do seu autor.

O segundo, à impossibilidade de consultar quaisquer arquivos oficiais relacionados com o tema em apreciação.

A história militar só pode ser feita a 50 anos de distancia ...

Este autêntico disparate, que constitui um atentado ao direito à informação e à reflexão de um povo sobre a sua própria história, em tempo útil, é infelizmente ... uma verdade histórica.

Os arquivos militares relativos à guerra colonial são objecto de sigilo inadmissível, quando o 25 de Abril condenou na prática aquela guerra é estabeleceu com os movimentos de libertação laços de aliança e convergência profundos, na prossecução dos mais nobres ideais da liberdade e independência nacional e tomou imperiosa a necessidade de um estudo aprofundado da mesma, sem o qual se torna difícil superar as dificuldades de interpretação do nosso papel na História.

«Nosso» enquanto regime fascista. «Nosso» enquanto Movimento dos Capitães e MFA. «Nosso» enquanto Portugal post 25 de Abril, liberto do fascismo. «Nosso» enquanto movimento antifascista e anticolonialista. A não ser que seja isto exactamente que se pretenda!

Congratulo-me, portanto, com a corajosa iniciativa da Associação 25 Abril.

Que a ela corresponde a plena assumpção de todos os participantes das nossas responsabilidades colectivas e a exposição sem reboço e dentro das possibilidades materiais, de todos os factores que caracterizaram a situação de guerra, dificultaram ou possibilitaram o seu fim.

III. O «pacífico e generoso» 25 de Abril, só foi possível à custa de muitas mortes, muitos crimes contra os direitos dos homens e dos povos, da derrota político-militar do regime fascista na guerra colonial e da desagregação lenta mas inexorável do exército colonial.

Nasceu de um monstruoso acervo de sofrimentos, individuais e colectivos, de genocídios e massacres, de perseguições, prisões, torturas e assassinatos a sangue frio.

E também de segredos, clandestinos, persistentes heroísmos.

É um dado adquirido que foi a guerra colonial a placenta onde se gerou o Movimento dos Capitães.

Não me parece que seja tão facilmente aceite a realidade da derrota militar, como factor imediatamente determinante.

O slogan do próprio MFA de que a solução «era política e não militar», a alegação de que os militares criaram no terreno as condições para que os políticos encontrassem a solução política, parece-me esconder duas verdades importantes:

1. Os militares faziam a guerra porque eram militares e faziam-na sem grande questionamento, obedecendo a «quem de direito». Isto é, serviam a política colonial do regime fascista.

2. As acções militares têm sempre a função de impor determinada política. Em qualquer guerra os militares criam as condições, no terreno, para que seja encontrada uma solução que é sempre política.

Se à actividade militar corresponde uma vitória militar, mais ou menos acentuada e decisiva, a solução política é uma.

Se à actividade militar corresponde uma derrota militar, mais ou menos acentuada e decisiva a solução política sofrer-lhe-á os efeitos.

As operações de guerra eram conduzidas para impor a solução política do Portugal pluri-continental e Pluri-racial.

Uma guerra integra componentes ideológicos, políticos, económicos, diplomáticos e militares. Numa guerra existe a Frente e a Retaguarda que devem articular-se harmonicamente.

As operações militares são determinadas e determinam por seu lado a evolução dos outros factores.

Quando um conflito, que começa sempre por se tornar político, se desenrola no sentido da guerra, passam a ser as acções militares as determinantes globais.

Por isso, falar em situações de guerra, numa solução política que não militar, não passa de um sofisma. A solução política, nessas condições, seria forçosamente a que evitasse a prossecução do esforço militar. Só podia ser o reconhecimento mais ou menos explícito da política prosseguida pelo adversário através do seu próprio esforço militar.

A não ser que o adversário tivesse explicitado, de uma ou outra forma a disposição de desistir dos seus objectivos, em todo ou em parte.

O que não era, decididamente, o caso.

Quando um Exército exige uma solução política fora daquela que tem por missão impor através da força, é porque se sente incapaz de o fazer. É por que está derrotado, ou pelo menos é incapaz de alcançar a vitória.

Só quando se aperceberam de que eram incapazes de impor a sua vontade ao inimigo, os militares começaram a salvaguardar-se, entrando no paradoxo da dissociação entre o político e o militar.

De qualquer forma Clausewitz não era estudado na Academia Militar. O Movimento dos capitães, ao contrário do que tem sido acusado pelos próceres do fascismo e militaristas crónicos, foi a única forma de impedir a total derrota militar em África. Transformou uma derrota militar numa vitória política.

Mas para isso foi necessário actuar militarmente ao serviço de outra política, no campo interno e pôr-se objectivamente ao lado do até então inimigo, no campo externo.

Foi a identificação com os objectivos políticos historicamente justos e necessários, não só do adversário mas do próprio povo que o alimentava e estruturava a retaguarda, que permitiu ao Movimento dos Capitães desenvolver-se, assumir a responsabilidade de liquidar o regime, criar as condições para o fim da guerra e, na minha opinião não tão justamente, salvar a face do exército enquanto todo.

O Movimento dos Capitães saiu vitorioso.

Mas os Generais, os Comandantes militares, o Exército enquanto instituição, sofreu uma fragorosa derrota. Se mais não fosse, bastaria a total perda da vontade de combater por parte dos soldados e da esmagadora maioria dos quadros inferiores, subalternos e capitães, contrastando com as atoardas vitoriosas dos Generais.

A perda generalizada da vontade de combater foi principalmente fruto das derrotas no terreno. E as derrotas eram inevitáveis.

IV. Um Exército sem reservas e sem retaguarda está derrotado.

O exército português tinha as reservas esgotadas e a retaguarda subvertida.

A africanização da guerra, se primeiro apareceu como a solução milagrosa, cedo se mostrou inconsistente. Mesmo a exploração das rivalidades tribais, a utilização de quadros traidores, o pagamento «faustoso» se comparado com as privações que as populações e os guerrilheiros eram obrigados a passar, a corrupção material, moral e cultural, a adulação, não eram suficientes para criar tropas capazes de se substituírem ao exército colonial que, pela sua própria desagregação, servia de factor desmobilizador aos mais audazes combatentes africanos que, com o tempo, começaram também a aperceber-se de que não combatiam bandidos, mas uma força sabiamente estruturada e organizada, profundamente apoiada no seu próprio povo.

Uma guerra de libertação é por definição uma guerra prolongada. Os guerrilheiros estavam para isso preparados. Era uma guerra que se transmitia de pais para filhos, como uma herança cultural, com aceitação voluntária das dificuldades e privações. Era uma guerra com raízes antigas, uma luta secular contra o invasor, na defesa dum solo, duma tradição, duma cultura, dum estar no mundo.

Os combatentes do Exército colonial eram enviados de milhares de quilómetros de distância e não era o Movimento Nacional Feminino com os seus requiebrs sordidamente lascivos, quem esquece a Cilinha, tão senis quanto fascistas, que conseguiria compensar o desencanto, a vontade de voltar para casa, a não compreensão radical de um patrioteirismo sem raízes culturais ou sociais, a falta de vontade de morrer sem sentido.

O material cedo começou a ser inferior em qualidade e em quantidade ao do inimigo.

O isolamento, as dificuldades de movimentação, as deficiências nas rendições e nos reabastecimentos de víveres e materiais, se serviam para o regime enaltecer a rusticidade dos soldados portugueses, não favoreciam a sua vontade de combater.

Os Comandantes, Chefes, os Generais e Coronéis, bastavam-se a si próprios. Enalteciam-se em circuito fechado, condecoravam-se uns aos outros, estimulavam-se seguros de que seriam recompensados com bons lugares nas administrações das empresas dos financeiros fascistas. Viam, no entanto, a situação de pés para o ar.

Estavam condenados à derrota, não só historicamente mas também pela análise da situação totalmente divorciada da realidade.

Os Estados-Maiores estavam treinados para a adulação, a subserviência e para a fabricação de situações fictícias.

Uma manobra estratégica do Inimigo era considerada uma estrondosa vitória. A passividade das populações era enalticida como uma vitória da APsic. As palmas a um discurso incompreensível, como sinal de adesão aos valores civilizacionais e da Portugalidade.

As operações na sua maior parte caíam no vazio, as unidades e subunidades cedo começaram a preservar-se e a seguir o lema «o objectivo é que não morra nenhum de nós», os «Cabos de Guerra» eram ridicularizados e odiados, as ordens não se cumpriam na razão directa dos relatórios fabricados, as rações de combate eram consumidas mal se ultrapassava a primeira dobra do terreno, um depósito de armamento com que afortunadamente se tropeçasse servia de alimento a dezenas de operações com captura de

material, a população civil começa a servir de pasto para o número de «inimigos abatidos» referidos nos relatórios.

Pode interpretar-se tudo isto como «combater à espera da solução política».

Acho, no entanto, que a interpretação será «passar a comissão à espera de ser rendido». E isso é incubar a derrota.

Entretanto os Generais fabricavam a sua própria guerra e todos estavam vitoriosos.

A situação militar nas várias colónias, está estreitamente ligada à iniciativa, à celeridade e consolidação do Movimento dos Capitães.

À derrota eminente da Guiné, corresponde o desencadear do Movimento. Seguiu-se, não exactamente no tempo, por motivos circunstanciais, mas na intensidade, Moçambique, correspondendo ao aumento da actividade da Frelimo e à penetração cada vez mais para sul, confinando cada vez mais as tropas aos relatórios falsificados, sem iniciativa nem mobilidade. Angola, onde a situação era pouco crítica, vai no entanto acompanhando toda a movimentação com entusiasmo crescente.

Nas colónias onde não havia guerra, só praticamente depois do 25 de Abril se impõe a dinâmica do MFA.

V. Vou agora referir-me mais particularmente ao caso de Moçambique, nas vésperas do 25 de Abril. Na situação em Moçambique, para além dos condicionantes gerais, convém referir a herança das ficções estratégicas megalómanas de Kaúlza de Arriaga.

A estratégia de Kaúlza assentou em 4 vectores fundamentais:

A operação Nó Górdio; a Operação Fronteira; a Albufeira de Cabora Bassa; a criação de GE's e CEP's. A operação Nó Górdio, traduziu-se numa derrota estratégica total.

A Frelimo retirou com a necessária antecedência tropas, materiais e populações, deixando alguns focos de resistência bem organizados, que bastaram para condicionar totalmente a operação, causar baixas em grande número, danificar e consumir enorme quantidade de material e munições, arrasar física e moralmente tropas especiais e normais. Dessa Operação não mais se recomporia a RMM.

A Operação Nó Górdio estava já catalogada como uma retumbante vitória mesmo antes de se realizar. Natural que fosse publicamente apresentada como tal.

Aliás, na guerra colonial, praticamente todas as operações de certa envergadura eram consideradas como vitórias, pois bastava que se conseguisse chegar a determinados objectivos *geográficos*, mesmo que por vezes se regressasse a «toque de caixa». Ia-se e vinha-se, fora os que ficavam mortos ou amputados.

Depois do «êxito estrondoso» da Nó Górdio, com o desalojamento do IN de Cabo Delgado e a sua desarticulação, como dizia Kaúlza, ninguém mais pensou na progressão para sul do «Exército Maconde». Pois não. Era a Frelimo quem progredia aceleradamente para sul, levantando as populações e espalhando a guerrilha.

Estavam, então, «criadas as condições para a Operação Fronteira». Ao longo da fronteira com a Tanzânia, pacificada a região, iam ser criadas as condições de vida nova às populações. Aldeamentos modernos, com equipamentos sociais e sanitários à altura, a que não faltava TV em circuito interno, iam servir de atracção ou de inveja às populações refugiadas do lado de lá ou no mato.

Nangade foi escolhida para piloto. Seria portanto rapidamente ligada ao Indico por estrada asfaltada.

Os materiais vinham do porto de Palma, em colunas, por uma picada de cento e tal quilómetros, crivada de minas, flagelada, emboscada, durante dias e dias, num enorme desgaste de pessoal e material. Então, chegados a Nangade, começava a asfaltagem, agora em sentido inverso.

Pode isto parecer-nos absurdo ridículo, mas não passava de uma trágica imbecilidade. Nangade era o centro difusor da civilização.

Entretanto a Frelimo refizera calmamente o dispositivo e aproveitara a retirada estratégica para deslocar forças para o Sul onde activa espectacularmente a actividade, previamente preparada através do envio com um ou dois anos de antecedência, dos seus serecos.

A defesa da construção de Cabora Bassa empenha meios fantásticos, quer na defesa propriamente dita, próxima e afastada, quer na protecção às colunas com os materiais.

Urgia, mais do que produzir energia, criar a albufeira. Podia ser que os homens da Frelimo não soubessem nadar.

Em 1973, Kaúlza exige do Governo meios que vão desde a aquisição de Mirages e propõe o comando único para Angola e Moçambique, para poder manobrar no Mapa Cor-de-Rosa.

Os meios não existem. O dinheiro também não.

Entretanto, a penetração em Vila Pery e Beira, por parte da Frelimo, corresponde, para Kaúlza, ao esgotamento da Frelimo (!). A continuação da construção de Cabora Bassa, a inexpugnável, um êxito sem precedentes. Kaúlza parece ignorar que a guerrilha se apoia na população local e que as «longas linhas de reabastecimento» se subdividem em trajectos relativamente curtos entre as bases disseminadas por todo o Norte, nas zonas libertadas e noutras, nomeadamente na Zambézia onde se não revela qualquer espécie de actividade militar.

Kaúlza ignora que a actividade inimiga só se revela onde lhe interessar e que fraca actividade no Niassa e até em Cabo Delgado corresponde à segurança passiva das suas zonas libertadas e das suas bases estratégicas.

Kaúlza, parece desconhecer que a construção de Cabora Bassa interessa à Frelimo por duas razões: a primeira, na perspectiva da vitória futura; a segunda pelo enorme empenhamento de meios de protecção, pelo confinamento à estrada Beira-Tete e à região central do Istmo de Tete (como ele chamava) de enormes efectivos, facilitando assim a mais rápida infiltração e acção nos distritos da Beira e Vila Pery.

Para Kaúlza, a Frelimo sem doutrina própria, segue a táctica dos russos quando actua com grandes efectivos.

Segue a táctica dos chineses quando se infiltra e actua com pequenos efectivos em grupos digitos, amplamente disseminados. A dispersão, a concentração de forças, como procedimentos tácticos normais, de acordo com os objectivos, não entra na cabeça de Kaúlza?

Eis o sumo do pensamento estratégico desse cabo-de-guerra e a sólida base das suas vitórias. Esquecíamos-nos apenas de outro vector da sua estratégia: a conquista das consciências e dos corações. Mas Inhaminga e Wiriamu, o julgamento dos padres do Macúti, dão a resposta.

VI. A actividade da Frelimo em 1973 é bastante grande, com orientação principal do esforço para a infiltração e as suas acções nos distritos da Beira e Vila Pery, que iria ser decisiva para apressar a desagregação da resistência do exército colonial e aprofundar o pânico entre os colonos brancos habituados a ouvir falar da guerra no Norte.

Este foi um dos principais factores de agudização da situação político militar em Moçambique.

Em 1974 dá-se um aumento dessa actividade a partir do mês de Fevereiro em que ainda se dá um decréscimo de 7% em relação a Janeiro do mesmo ano (293 contra 315 acções).

Um Relatório da 3.^a Rep. do QG da RMM, datado de 5 de Junho, tenta apresentar o aumento da actividade da Frelimo como consequência directa da situação provocada pelo 25 de Abril.

No entanto a actividade tinha subido de Fevereiro para Março de 293 para 558 acções (21 pontos) e de Março para Abril de 358 para 443 acções (de 14% para + 41 % em relação a Janeiro).

De Abril para Maio sobe 6 pontos, para 462 acções.

É pois um facto incontroverso que a acção da Frelimo estava em nítido crescendo antes do 25 de Abril, continuando a crescer logo após este.

Um memorando da 3.^a Rep., dá-nos uma ideia por distritos:

«Evolução da situação em 1974 até Abril:

Beira/Vila Pery.

«A actividade IN aumentou substancialmente quer qualitativa quer quantitativamente, tendo neste último aspecto atingido o *valor mais elevado* se comparado com outros distritos. Também territorialmente estendeu o IN a subversão a novas áreas, nomeadamente a sul da Estrada Beira/Rodésia, área Sena/V. Fontes e Inhaminga/ Inhataminga/Muanza.

Tete.

De um modo geral a situação em Tete manteve-se estacionária havendo até a registar um decréscimo na média de acções IN violentas, *A actividade IN nesta área estava concentrada na infiltração de material destinado ao incremento rápido da frente «Manica e Sofala» e à tentativa de abertura da frente da «Zambézia».*

Zambézia.

«A situação ... mantinha-se não declarada apesar de serem noticiadas várias infiltrações de material. .. A Frelimo chega a afirmar possuir em algumas áreas depósitos de material que sustentariam a guerra por mais de um ano.

Cabo Delgado.

«A actividade IN aumentou ligeiramente no aspecto quantitativo e mais sensivelmente no qualitativo, acções de fogo de iniciativa IN como ataques a aquartelamentos em elevado número, alguns de grande envergadura.

Passou a utilizar o míssil solo/ar a partir de 11 de Abril, embora sem grandes consequências imediatas. (Atingiu um DC6 cheios de adidos militares que conseguiu aterrar de emergência com um buraco na asa MT). A subversão violenta manteve-se ao Norte da estrada P. Amélia, Montepuez, Balama.

Niassa.

A actividade IN sofreu um acentuado acréscimo em relação a igual período do ano anterior. No aspecto qualitativo há a *salientar o emprego do foguetão /22 mm;* para além deste facto, a sua actividade mantém as características habituais: implantação de engenhos explosivos e pressionamento das populações.

«De destacar a actividade verificada no Sul do Distrito, na área de Metarica, onde o IN se manifestou pela primeira vez, e sobre a Linha de Caminho de Ferro nas áreas Belém e V. Cabral.»

O mesmo memorando que será exaustivo estar a transcrever refere na generalidade o aumento das acções depois do 25 de Abril, a moralização cada vez maior dos combatentes da Frelimo e um sem número de potencialidades e perspectivas para a actividade posterior.

E outra coisa não seria de esperar. O objectivo da Frelimo era a vitória política militar, era a Independência. O 25 de Abril, só por si não o assegurava, como vamos ver.

VII. Com a desagregação da situação nos distritos da Beira e Vila Pery, a situação assume aspectos explosivos depois da morte da mulher de um fazendeiro de Vila Manica provocada por uma acção da Frelimo em 14 de Janeiro de 1974. Outras acções, visando o Caminho-de-Ferro da Beira já tinham assinalado o crescimento da actividade da guerrilha na região. Concentrações, manifestações, provocações e insultos a elementos das FA's sobem de tom nos dias 16 e 17 em Vila Pery e em 17, 18 e 19 na Beira.

Em 17 fecham as actividades comerciais na Beira em sinal de luto e realiza-se uma manifestação junto do Governo do Distrito. Às 20 e 30 um grupo de cerca de 300 a 400 pessoas concentra-se junto à messe dos oficiais da Beira, no Macúti, exigindo o fecho do bar (Vai para o Mato Malandro ...) a que se seguiu o apedrejamento.

Houve tiros e um oficial e 8 civis sofreram ferimentos.

Em 18 houve mais agitação, insultos, apedrejamentos, tiros.

A partir daí as relações entre colonos brancos e militares deterioram-se rapidamente. Na Rodésia os jornais apoiam os colonos e chamam Covardes aos militares.

A solução Africana (com os brancos a dirigir) cópia mitigada pela «vocação miscigenatória» portuguesa,

da independência branca da Rodésia, começa a tomar forma como saída para a derrota militar.

GE's e GEP's são insensatos a adúlados, os quadros europeus aliciados para ficarem e assegurarem a estrutura militar de Moçambique independente em oposição à luta revolucionária da Frelimo.

No entanto a produtividade dos GE's desaparece e a dos GEP's reduz-se de forma assinalável.

Mas é a Frelimo que aprofunda a sua vitória: separa definitivamente duas componentes do Inimigo colonialista: os colonos brancos e os seus defensores, os militares do exército português.

Neste, a desagregação acelera-se, e o Movimento dos Capitães, sempre pregando a defesa do prestígio do Exército, «vilipendiado e instituído em bode expiatório», exige medidas que não se sabe quais possam ser, e vai-se divorciando daquele exército, «Os acontecimento da Beira e Vila Pery, ofenderam estas Forças Armadas. Estas e não as que desejamos ter» ..

Reforça-se a aliança objectiva do Movimento dos Capitães, com a Frelimo. O adversário é cada vez mais claramente o mesmo: O fascismo e ... o exército colonial!

O Governo fascista está por seu lado cada vez mais isolado em relação aos colonos, começa apenas a poder contar com a hierarquia desorientada e enfraquecida sem mando nem comando, faltando-lhe o terreno debaixo dos pés, minado pelos capitães.

A necessidade de acabar com a guerra, perdida em todas as frentes, consolida a vocação descolonizadora do MFA que tem de ultrapassar o último obstáculo: o Governo fascista.

Na Guiné os aviões já não voam, na prática. As tropas querem, exigem o fim da guerra. Em Lisboa o 25 de Abril está a chegar.

VIII. Resumindo a situação militar em Moçambique nos meses que antecedem o 25 de Abril:

- Recrudescimento das acções militares da Frelimo.
- Alastramento impetuoso das acções de guerrilha às reservas de brancos e de caça, Beira, Vila Pery, Gorongosa.
- Utilização de meios sofisticados, Strella e Foguetão 122 mm, que associada aos já melhores armamentos ligeiros, RPG, p.ex., conferem à Frelimo superioridade operacional e material cada vez mais evidente.
- Fixação das NT à defesa de Cabora Bassa que continua a cumprir o seu papel de sorvedouro de efectivos, material e esforço de guerra. A sua inexpugnabilidade é o contraponto da derrota militar que se acentua em toda a linha.
- Deterioração sem precedentes do moral das tropas portuguesas e perda total da vontade de combater.
- Corte radical entre os colonos brancos do Centro de Moçambique, zona estratégica vital, e o exército colonial.
- As Forças Africanas começam a perceber as desvantagens de grande empenhamento nas acções do Exército, com a evidência da sua desagregação e da aproximação da vitória da Frelimo.
- Reforço do Movimento dos Capitães e da sua aliança objectiva com a Frelimo.
- A derrota militar vai ser suavizada e até escondida, com o derrube do regime.

Como assinalava com graça um capitão, nos Briefings do QG do CC, o Mapa de Moçambique ia subindo na parede para dar espaço à acção da Frelimo cada vez mais a Sul!

IX. Com o 25 de Abril abrem-se as perspectivas do fim da guerra.

No entanto, no próprio MFA tomam corpo as resistências à aceitação das novas perspectivas.

A Democracia deveria impor a deposição das armas à Frelimo, considera-se.

As acções militares deveriam continuar. Os centros de instrução dos GEP's no Dondo continuam a formar pessoal.

As figuras políticas, de repente proeminentes, saídas do caixote do lixo da história, ligadas aos meios imperialistas e às soluções brancas suavizadas, colaboradoras do regime, devem tomar o lugar que lhes compete na democracia.

A democracia passava a ser lá, como cá, a justificação para não reconhecer a maior das democracias: um povo em luta de armas na mão, pela sua independência, à custa de inauditos sacrifícios, unido em torno da sua vanguarda dirigente, a Frelimo.

Pretende-se sobrepor o conceito «Sousa Tavares-Greco-Romano», à prática da luta pela liberdade.

Tratava-se de impor critérios de democracia aos que a haviam construído e imposto pela luta e pelo sangue de um povo.

A Coordenadora do MFA era pressionada pelos militares, quadros e soldados que se encontravam no mato, na frente de combate. O 25 de Abril retirara toda a autoridade à hierarquia militar e o MFA, organizando-se democraticamente era obrigado a dar resposta às exigências de pôr fim às hostilidades e de confraternização com a Frelimo e de início imediato das negociações para a independência. Entretanto todas as justificações para tentar impor soluções consentâneas com a ideologia colonialista e interesses chauvinistas e imperialistas, começavam a surgir um pouco por todo o lado.

Joana Simeão é enviada com um cartão da Junta de Salvação Nacional.

A Comissão Coordenadora não a recebe.

Os detidos no lbo estariam lá tão bem que não queriam ser libertados. Dum dia para o outro exigem todos os meios à disposição para regressarem às suas terras.

As populações não queriam que as tropas portuguesas abandonassem as zonas de acção. Mainatos, guias colaboradores da PIDE, lavadeiras e prostitutas, os marginais formados com a guerra, não têm outro remédio que acompanhar as tropas que retraem o dispositivo, ou ficar onde estavam.

Os símbolos da ocupação colonial deviam continuar a manter-se. A Frelimo devia aceitar o jogo

democrático e entrar na liça com Gumos, Fumos e Ficamos, Simão e Gwambe.

A Frelimo não aceitou o jogo.

Ela tinha a força, a iniciativa, a simpatia do povo português e dos soldados, a exigência do fim das hostilidades por parte da "tropa operacional", a ela pertencia a vitória, política e militar.

As tropas confraternizavam no terreno, a retração do dispositivo impôs-se por si e foi organizada.

As estruturas do MFA impunham-se sem dificuldade à hierarquia totalmente desmoralizada e sem rumo certo.

O exército colonial estava em total desagregação.

A solidariedade entre os povos reforçava-se, a guerra chegara ao fim. Mas esse fim só foi possível com o tal e incondicional reconhecimento do direito à independência e com a formalização das acções conjuntas que a ela iam conduzir.